

A melhoria constatada na generalidade do país dá, todavia, ânimo para prosseguimento dos esforços encetados.

Para que continue sendo melhorado o trabalho dos juízes, mostra-se necessário que tanto quanto possível e consoante prioridades a serem definidas, sejam tomadas algumas medidas. Queremos referir-nos, nomeadamente, à necessidade já sentido de revisão do Código dos Tribunais de Zona; à resolução do problema da falta de sedes e de artigos de expediente, ao apoio eficaz aos juízes, principalmente ao Juiz-Presidente, para o exercício das suas funções.

6.2. Administração Penitenciária

Seguiu-se de perto o funcionamento das Cadeias do País, tendo sido visitadas todas, pelos técnicos da Direcção Geral dos Serviços Penitenciários. Estas visitas permitiram um conhecimento global da situação penitenciária e dar mais dinamismo às mesmas, em especial nas Sub-Regiões.

A melhoria constatada na generalidade do país dá, todavia, (não é de um modo geral), vêm-se procurando ter os reclusos ocupados com a realização de actividades desportivas, recreativas e culturais; os trabalhos de alfabetização continuaram satisfatoriamente, na Praia, em S. Vicente e em Santo Antão (Ponta do Sol). Deverão serem adotadas, no entanto, algumas medidas. Queremos referir-nos, nomeadamente, à necessidade já sentido de revisão do Código dos Tribunais de Zona, à resolução do problema da falta de sedes e de artigos de expediente, ao apoio eficaz aos juízes, principalmente ao Juiz-Presidente, para o exercício das suas funções.

A transferência da Cadeia Civil da Praia para novas instalações em S. Martinho, em Agosto, foi a resolução de uma das muitas preocupações no domínio da administração penitenciária, principalmente no Juiz-Presidente, para o exercício das suas funções.

Contudo, estas instalações dentro de poucos meses não poderão albergar o número de presos que se presume venha a ser para lá encaminhado, pois já se sente falta de espaço actualmente, e a tendência é para o aumento; se considerarmos o início, no corrente ano, do funcionamento de mais um Juizo Criminal no Tribunal Regional.

Seguiu-se de perto o funcionamento das Cadeias do País, tendo sido visitadas todas, pelos técnicos da Direcção Geral dos Serviços Penitenciários. Estas visitas permitem um conhecimento global da situação, etc., -20-

nal da Praia. Diligências estão sendo feitas para a execução da segunda fase do projecto do Centro Prisional de S. Martinho.

6.3. Registos, Notariado e Identificação Civil

Foi desenvolvida uma razoável actividade nestes domínios.

Face à realidade do País e por confronto com o funcionamento dos serviços no passado, considera-se que os serviços dos Registos e do Notariado funcionaram satisfatóriamente. Todavia, por virtude do crescimento em geral, novos são os horizontes e consequentemente as metas a atingir.

Para isso é importante elevar o nível de formação dos diferentes agentes, dos mais antigos aos mais novos.

Em Novembro realizou-se o habitual encontro dos Conservadores e Notários, desta vez na cidade do Mindelo. Foi uma reunião de grande utilidade, em que os participantes puderam fazer um levantamento dos principais problemas do seu sector, de uma forma franca aberta e livre. Sendo também de balanço crítico, esta reunião revestiu-se de grande interesse para os serviços e terá, sem dúvida, inegável interesse na marcha ulterior dos mesmos.

Na falta de um Serviço de Inspecção, esta lacuna, no tocante à Delegações dos Registos e Notariado, vem sendo suprida por visitas periódicas dos responsáveis pelas Regiões, com o resultado dos serviços no concelho, considerando que os serviços dos registos e do notariado devem estar sempre ao nível, por virtude do crescimento em geral, novos são os horizontes e consequentemente as metas a atingir.

Com isto é importante elevar o nível de formação dos diferentes agentes, dos mais antigos aos mais novos.

Um levantamento realizado no âmbito do Conselho dos Municípios e Distritos, constatou que existem 121 delegações de ambos os sectores, com uma média de 1000 habitantes cada uma.

II - RELAÇÕES EXTERNAS

I - DIPLOMATA

1. - CONSIDERAÇÕES GERAIS

O ano de 1987 foi, sem dúvida, um ano de intensa actividade diplomática que permitiu reforçar o relacionamento com a maioria dos parceiros tradicionais, abrir perspectivas de cooperação com outros países, consolidar a vocação de país defensor do diálogo e da paz e reafirmar a imagem de seriedade na condução da política de Estado, com transparência, coeréncia e dignidade.

Num contexto internacional caracterizado por factores altamente desfavoráveis para o Terceiro Mundo em geral, e particularmente para a África, Cabo Verde tem procurado, preservando os seus princípios essenciais, consolidar a sua independência, promover o desenvolvimento e defender os interesses dos cidadãos caboverdianos no exterior, através de uma política de não-alinhamento, de diálogo, de apoio à luta dos povos para a sua emancipação e progresso sócio-económico.

Cabo Verde continua, assim, a afirmar-se, a ganhar credibilidade e respeito na cena internacional, a fortalecer as bases da independência nacional e a garantir a realização do seu projeto sócio-político, através de uma acção coerente e pragmática, tendo como centro o interesse nacional.

permite aos países que o praticam de maneira consequente situar-se, quanto possível, fora da lógica da confrontação entre os blocos, o não-alinhamento é uma visão moderna que permite ultrapassar globalmente os impasses actuais e contribuir activamente para a solução parcelar dos problemas e tensões que afligem a humanidade.

Quando a lógica da confrontação de blocos se começa a esgotar, pela carga de holocausto que transporta no seu bicho; o Governo sente-se reconfortado na sua opção fundamental do não-alinhamento como elemento indispensável à preservação da independência, à segurança interna e externa e ao desenvolvimento.

3. - O DIÁLOGO

Corolário lógico da política de não-alinhamento, Cabo Verde tem privilegiado o diálogo enquanto via para a eliminação de focos de tensão, contribuindo, assim, para o estabelecimento de um clima de entendimento e concórdia, particularmente na nossa sub-região oeste-africana.

"A nossa política de diálogo não se restringe apenas à resolução pacífica dos litígios entre Estados e à eliminação dos focos de tensão no mundo. Ela assume também um carácter positivo quando se trata de resolver os problemas que afligem o mundo, particularmente o Terceiro Mundo. Assim, temos defendido o estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internaciinal, no quadro de Grupo dos 77, participando em todas as oportunidades que se oferecem a um verdadeiro diálogo Norte-Sul." (M. X. R. P. 15.0) "O Governo continua a considerar o diálogo como a base da sua estratégia de desenvolvimento e a instauração de uma NOEI exigem profundas mudanças estruturais em toda a economia mundial, a reforma da divisão internacional do trabalho e modificação da repartição do produto social da economia mundial.